

ANC 65

Redação abrangente dá polêmica

Artigo torna fora da lei atividade de detetive particular

Brasília — Detetive particular não fez lobby na Constituinte e, se a nova Carta contiver determinado item da parte sobre a garantia de privacidade, tal como foi redigido, deve procurar outra atividade, porque estará impedido de trabalhar. Os detetives particulares são atingidos diretamente pelo relatório do senador Paulo Bisol (PMDB-RS), da Comissão de Soberania, no item que trata da privacidade, que é taxativo: "Não haverá empresas e atividades privadas de investigação e prestação de informações sobre a vida íntima e familiar das pessoas".

Os fumantes e os que gostam de beber no final do expediente devem escolher logo suas marcas preferidas, porque poderão não ver mais propaganda de cigarro ou bebida depois de promulgada a nova Constituição. O senador Almir Gabriel (PMDB-PA), da Comissão de Ordem Social, determina em seu relatório, na parte referente à saúde, que "é vedada a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos".

Outro assunto polêmico é a criação das Guardas Municipais em cidades com mais de 100 mil habitantes, proposta pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA), da Comissão da Organização Eleitoral, no capítulo relativo à Segurança

Pública. Mas não supera em novidade a instituição do *habeas data*, que o senador Bisol propõe como forma de assegurar ao cidadão acesso a bancos de dados pessoais públicos e privados.

Perfil diferente — A própria Constituinte teria um perfil diferente se uma das propostas do deputado Prisco Viana já estivesse na Constituição. É a possibilidade de um candidato concorrer simultaneamente a cargo do Executivo e no Legislativo. Desta forma, Darcy Ribeiro, Aarão Steibruck, Fernando Gabeira e outros candidatos a governos estaduais derrotados no ano passado poderiam ter concorrido também à Câmara dos Deputados.

Ainda sobre eleições, deverá ficar claro na nova Constituição que eleição para prefeito e governador será em dois turnos, a exemplo da eleição para presidente da República, já prevista no texto constitucional em vigor. A idéia é também de Prisco. Se depender de Bisol, o direito de voto será estendido aos cabos e soldados das Polícias Militares. Por outra proposta, o Brasil terá de romper relações diplomáticas e comerciais com a África do Sul e qualquer outro país onde haja discriminação racial.

No entanto, um tema polêmico e que faz parte do dia-a-dia do brasileiro acabou esquecido. O jogo do bicho foi ignorado solenemente "por não se tratar de tema constitucional", como disse o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) no relatório da Comissão que tratou da Cultura e do Esporte. Apenas um artigo vago diz: "A lei regulamentará o jogo de azar e da loteria".